



ESTADO DO CEARÁ
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CONCURSO PÚBLICO EDITAL No. 001/2019
2º ADITIVO

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU/CE), pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Santos Dumont, 2626, sala 15, Aldeota, Fortaleza, Ceará, CEP: 60150-161, neste ato representado pelo Presidente, arquiteto e urbanista Napoleão Ferreira da Silva Neto, no uso de suas atribuições legais, torna público o 2º ADITIVO ao Edital No. 001/2019 do CONCURSO PÚBLICO:

CONSIDERANDO o princípio da publicidade norteador da administração pública, que implica na ampla divulgação de todos os seus atos internos e externos;

CONSIDERANDO o princípio da legalidade e vinculação aos termos do edital do certame.

DECIDE:

Artigo 1º - Fica prorrogado o período de inscrições, que se dará do dia **17 de outubro a 17 de novembro de 2019**, afim de proporcionar que mais candidatos possam habilitar-se no certame, realizando novas inscrições.

Artigo 2º - Fica retificado o CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES conforme destacado infra:

ATIVIDADE	DATAS E PRAZOS*
ISENÇÃO	
Solicitação de isenção – internet	17 a 18 de outubro de 2019.
Resultado da solicitação de isenção (deferida e indeferida)	04 de novembro de 2019.
Recebimento de recurso administrativo contra resultado da isenção	05 e 06 de novembro de 2019.
Divulgação do resultado do recurso administrativo contra o resultado da isenção	08 de novembro de 2019.
INSCRIÇÃO	
Solicitação de inscrição – internet	17 de outubro a 17 de novembro de 2019.
Último dia para pagamento de taxa de inscrição	18 de novembro de 2019.
Divulgação das inscrições confirmadas e indeferidas	19 de novembro de 2019.
Regularização das inscrições	20 e 21 de novembro de 2019.
Divulgação dos inscritos e da concorrência	25 de novembro de 2019.
DAS PROVAS	
Divulgação do local e horário de prova	A ser divulgado
Data de realização da prova	01 de dezembro de 2019: cargos de nível médio (período da manhã)



	01 de dezembro de 2019: cargos de nível superior (período da tarde) Obs: A entrega de títulos e atestados de pessoa com deficiência ocorrerá no dia da prova objetiva do candidato
Divulgação do gabarito.	02 de dezembro de 2019.
Recebimento de recurso administrativo contra a elaboração e/ou gabarito.	03 e 04 dezembro de 2019.
Divulgação do resultado do recurso administrativo contra a elaboração e/ou gabarito e convocação para prova de títulos.	18 de dezembro de 2019.
Resultado da prova de títulos.	20 de dezembro de 2019.
Recebimento de recurso administrativo contra resultado preliminar das provas objetiva e de títulos.	23 e 24 de dezembro de 2019.
Divulgação de resultado de recurso administrativo contra o resultado preliminar das provas objetiva e de título.	09 de janeiro de 2020.
Divulgação do resultado final dos aprovados.	14 de janeiro de 2020.
Data da homologação do concurso.	17 de janeiro de 2020.

Artigo 3º - Fica retificado o conteúdo programático do cargo de Analista Arquiteto e Urbanista para a Prova de Conhecimentos Específicos no Anexo IV do Edital N° 001/2019, conforme destacado infra:

ONDE SE LÊ:

1 Legislação Federal. 1.1 Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. 1.2 Lei no 9.433 de 8 de janeiro de 1997. 1.3 Lei no 9.784 de 29 de janeiro de 1999. 1.4 Lei no 11.445 de 5 de janeiro de 2005. 1.5 Lei no 11.124 de 16 de junho de 2005. 1.6 Lei no 11.777 de 11 de agosto de 2008. 1.7 Lei no 11.888 de 24 de dezembro de 2008. 1.8 Lei no 12.587 de 3 de janeiro 2012. 1.9 Lei no 12.608 de 10 de abril de 2012. 1.10 Planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei Federal no 9.433 de 8 de janeiro de 1997. 1.11 Lei Federal no 12.651 – Código Florestal, de 25 de maio de 2012. 1.12 Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Ambientais, de 8 de agosto de 2012. 2 Resoluções CAU/BR. 2.1 Resolução nº 18, de 2 de março de 2012. 2.2 Resolução nº 21, de 5 de abril de 2012. 2.3 Resolução nº 22, de 4 de maio de 2012. 2.4 Resolução nº 26, de 6 de junho de 2012. 2.5 Resolução nº 28, de 6 de julho de 2012. 2.6 Resolução nº 32, de 6 de setembro de 2012. 2.7 Resolução nº 35, de 5 de outubro de 2012. 2.8 Resolução nº 38, de 9 de novembro de 2011. 2.9 Resolução nº 48, de 9 de maio de 2013. 2.10 Resolução N° 91, de 09 de outubro de 2014; 2.11 Resolução nº 93, de 07 de novembro de 2014; 2.12 Resolução nº 162, de 24 de maio de 2018. 3 Normas ABNT. 3.1 Norma 15575. 3.2 Norma 9050 - Acessibilidade universal. 4 Noções de Direito Administrativo. 4.1 Princípios informativos. 4.2 Organização administrativa: noções gerais da Administração direta e indireta. 4.3 Poderes administrativos, o uso e abuso do poder. 4.4 Ato administrativo: noções gerais, espécies, elementos, atributos, validade, extinção e controle jurisdicional. 4.5 Órgãos públicos. 4.6 Agente administrativo. 4.7 Contratos administrativos – modalidades.

PASSA SE LER:

1 Legislação Federal. 1.1 Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. 1.2 Lei no 9.433 de 8 de janeiro de 1997. 1.3 Lei no 9.784 de 29 de janeiro de 1999. 1.4 **Lei no 11.445 de 5 de janeiro de 2007.**



1.5 Lei no 11.124 de 16 de junho de 2005. **1.6** Lei no 11.888 de 24 de dezembro de 2008. **1.7** Lei no 12.587 de 3 de janeiro 2012. **1.8** Lei no 12.608 de 10 de abril de 2012. **1.9** Planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei Federal no 9.433 de 8 de janeiro de 1997. **1.10** Lei Federal no 12.651 – Código Florestal, de 25 de maio de 2012. **1.11** Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Ambientais, de 8 de agosto de 2012. 2 Resoluções CAU/BR. 2.1 Resolução nº 18, de 2 de março de 2012. 2.2 Resolução nº 21, de 5 de abril de 2012. 2.3 Resolução nº 22, de 4 de maio de 2012. 2.4 Resolução nº 26, de 6 de junho de 2012. 2.5 Resolução nº 28, de 6 de julho de 2012. **2.6 Resolução nº 32, de 6 de agosto de 2012.** 2.7 Resolução nº 35, de 5 de outubro de 2012. **2.8 Resolução nº 38, de 9 de novembro de 2012.** 2.9 Resolução nº 48, de 9 de maio de 2013. 2.10 Resolução Nº 91, de 09 de outubro de 2014; 2.11 Resolução nº 93, de 07 de novembro de 2014; 2.12 Resolução nº 162, de 24 de maio de 2018. 3 Normas ABNT. 3.1 Norma 15575. 3.2 Norma 9050 - Acessibilidade universal. 4 Noções de Direito Administrativo. 4.1 Princípios informativos. 4.2 Organização administrativa: noções gerais da Administração direta e indireta. 4.3 Poderes administrativos, o uso e abuso do poder. 4.4 Ato administrativo: noções gerais, espécies, elementos, atributos, validade, extinção e controle jurisdicional. 4.5 Órgãos públicos. 4.6 Agente administrativo. 4.7 Contratos administrativos – modalidades.

Artigo 4º - Permanecem inalterados os demais itens constantes no Edital 001/2019 e seus anexos.

Fortaleza – CE, 11 de novembro de 2019.

Napoleão Ferreira da Silva Neto
Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará